

**O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
contraponto às políticas curriculares  
hegemônicas**

**THE CURRICULUM FROM THE  
PERSPECTIVE OF FIELD EDUCATION:  
counterpoint to hegemonic  
curricular policies**

**EL CURRÍCULO DESDE LA  
PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN DE  
CAMPO: contrapunto a las políticas  
curriculares hegemónicas**

**Resumo** Este texto tem como objetivo refletir sobre o currículo na Educação do Campo, entendendo-a como projeto de educação que surge em sentido diametralmente oposto à imposição do projeto hegemônico que busca dar sentido e direção à educação e ao currículo que é trabalhado nas escolas. O projeto hegemônico busca definir conteúdos e práticas que concorram para uma formação do sujeito que se adequa à ordem estabelecida, sem questionamentos, enquanto a Educação do Campo adota uma perspectiva emancipadora, transformadora que contribui para que as pessoas se identifiquem como sujeitos históricos que podem transformar o mundo. Diante destas perspectivas divergentes de projetos educativos e de currículo surgem questões que são problematizadas e refletidas neste texto: qual a concepção de currículo e quais as intencionalidades das políticas curriculares hegemônicas? como a Educação do Campo concebe o conhecimento e currículo? Buscando responder aos questionamentos definimos como objetivo refletir sobre a Educação do Campo enquanto projeto educativo contra hegemônico e caracterizar sua proposta de currículo. No texto refletimos sobre a Educação do Campo: uma mediação para a emancipação e contra hegemonia; o Currículo, relações de poder e hegemonia; o currículo na Educação do Campo como instrumento de contra hegemonia e apresentamos experiências de currículo e práxis pedagógica em escolas no campo que se coadunam com os princípios da Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Currículo. Escola do Campo. Contra hegemonia.

*Recebido em: 10/03/2021*

*Alterações recebidas em: 17/05/2021*

*Aceito em: 17/05/2021*

*Publicação em: 09/06/2021*



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-1579.

2021v14n2.58081

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

**Luciello Marinho da Costa**

Doutor em Educação

Professor da Universidade Federal da  
Paraíba, Brasil.

E-mail: [leomarinhosufpb@gmail.com](mailto:leomarinhosufpb@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5872-4349>

**Maria do Socorro Xavier Batista**

Doutora em Sociologia

Professora da Universidade Federal da  
Paraíba, Brasil.

E-mail: [socorroxbatista@gmail.com](mailto:socorroxbatista@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7202-1041>

**Como citar este artigo:**

COSTA, L. M.; BATISTA, M. S. X. O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: contraponto às políticas curriculares hegemônicas. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2021. ISSN1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58081>

**Abstract:** The following paper reflects upon the Rural Education curriculum, contrasting the original concept of this pedagogical field with its diametrical opposite imposed as the hegemonic project that guides and regulates public education and its curriculums. The hegemonic project predefines standard contents and practices to mold subjects unquestioningly into members of the established order, while Rural Education employs an emancipatory and transformative perspective oriented towards assisting its subjects to identify themselves as actors of history capable of transforming the world. An examination of these perspectives' ample diversions raises some interesting questions reflected on this text: What are the concepts and intents that guide the conception of this curriculum and guide these hegemonic curricular politics? How does the Rural Education field construe the concepts of knowledge and curriculum? In order to provide answers for these questions, we established as our goal to reflect upon the Rural Education field as a counter-hegemonic educational project and to characterize its notion of curriculum. Our reflections on Rural Education focus on the following themes: a mediation for emancipation and counter-hegemony; the curriculum, power relations and hegemony and, finally, the Rural Education curriculum as an instrument of counter-hegemony. These themes are further exemplified by the accompanying curriculum experiences and pedagogical praxis employed by rural schools aligned with the principles of Rural Education.

**Keywords:** Rural Education. Curriculum. Rural School. Counter-hegemony.

**Resumem:** Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre el currículo en Educación Rural, entendiéndolo como un proyecto educativo que surge en una dirección diametralmente opuesta a la imposición del proyecto hegemónico que busca dar sentido y dirección a la educación y al currículo que se trabaja en las escuelas. . O projeto hegemônico busca definir conteúdos e práticas que concorram para uma formação do sujeito que se adequa à ordem estabelecida, sem questionamento, enquanto a Educação do Campo adota uma perspectiva emancipadora, transformadora que contribua para que as pessoas se identifiquem como sujeitos históricos que podem transformar el mundo. Ante estas perspectivas divergentes de los proyectos educativos y curriculares, surgen preguntas que se problematizan y reflejan en este texto: ¿cuál es el concepto de currículo y cuáles son las intenciones de las políticas curriculares hegemónicas? ¿Cómo concibe la Educación Rural el conocimiento y el currículo? Para dar respuesta a las preguntas nos planteamos como objetivo reflexionar sobre la Educación del Campo como proyecto educativo frente a la hegemonía y caracterizar su propuesta curricular. En el texto, reflexionamos sobre la Educación Rural: una mediación por la emancipación y contra la hegemonía; el Currículo, las relaciones de poder y la hegemonía; el currículo en Educación Rural como instrumento de contrahegemonía y presentamos experiencias de currículo y praxis pedagógica en las escuelas en el campo que son consistentes con los principios de la Educación Rural.

**Palabras-clave:** Educación del Campo. Currículo. Escuela del Campo. Contra la hegemonía.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo refletir sobre a Educação do Campo enquanto projeto educativo contra hegemônico e caracterizar sua proposta de currículo, destacando os elementos que caracterizam como contra hegemonia, entendendo-a como projeto de educação que surge em sentido diametralmente oposto à imposição do projeto hegemônico que busca dar sentido e direção à educação e ao currículo que é trabalhado nas escolas. O projeto hegemônico busca definir conteúdos e práticas que concorram para uma formação do sujeito que se adequa à ordem estabelecida sem questionamentos, enquanto a Educação do Campo adota uma perspectiva crítica emancipadora, transformadora que contribui para que os sujeitos se entendem como sujeitos históricos que podem transformar o mundo.

Diante destas perspectivas divergentes de projetos educativos e de currículo surge uma questão problematizadora e refletida neste texto: quais os elementos da concepção de currículo da Educação do Campo se contrapõem às políticas hegemônicas?

As reflexões resultaram de uma pesquisa qualitativa que teceu reflexões teóricas e de uma pesquisa empírica em escolas situadas no campo nos municípios do Conde e Cruz do Espírito Santo, na Paraíba, nas quais foram colhidos dados com as gestoras das referidas escolas. Como resultados destacamos que as escolas em geral seguem os padrões curriculares emanados das políticas oficiais em

nível nacional e local, mas há escolas que desenvolvem projetos educativos que se aproximam dos princípios da Educação do Campo.

O texto está estruturado com esta introdução e os seguintes itens: Educação do Campo: uma mediação para a emancipação e contra hegemonia; Currículo, relações de poder e hegemonia; Currículo na Educação do Campo na contra hegemonia; Currículo e práxis pedagógica em escolas do campo e Considerações finais.

## 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma mediação para a emancipação e contra hegemonia

Entender o currículo na Educação do Campo enquanto projeto de classe dos camponeses e como política pública, exige ter como base de reflexão o Materialismo Histórico e Dialético, considerando que esta concepção de educação surge das contradições dos processos resultantes de uma sociedade fundada no antagonismo de classe, que dá origem à luta de classes e à disputa de projetos de sociedade e de educação. A dialética enquanto método de análise e de compreensão do real realça a contradição e a mediação como categorias para entender a realidade social, econômica, política e educacional no capitalismo, modo de produção que tem a marca da contradição e da luta entre classes, entre modelos de produção e de educação. Karl Marx descreve o movimento da dialética:

A luta entre dois elementos antagônicos encerrados na antítese constitui o movimento dialético. O sim torna-se não, o não torna-se sim, o sim torna-se ao mesmo tempo sim e não, o não torna-se ao mesmo tempo não e sim e os contrários balançam-se, neutralizam-se, paralisam-se. A fusão destes dois pensamentos contraditórios constitui um pensamento novo, que é a síntese de ambos. Este pensamento novo desenrola-se em dois outros pensamentos contraditórios, que se fundem [sic] por sua vez numa nova síntese (1985, p. 105).

A educação do ponto de vista de uma reflexão crítica e dialética, nos induz a compreender que ela tem sido instrumento para transmitir o legado cultural, econômico e político de uma classe e por isso tem sido importante na manutenção da dominação e da hegemonia de classe, e, quando se trata de política educacional tem sido influenciada pelos interesses hegemônicos, especialmente no que tange à formação da classe trabalhadora na perspectiva dos interesses das elites. Por isso, na história brasileira tivemos diversas propostas e experiências educativas advindas das classes populares que visam a autonomia e a emancipação. Estes princípios são caros à Educação Popular e se constituem na base da concepção da Educação do Campo.

A contradição, categoria fundante da dialética, se revela na materialidade das relações de produção, assim como no plano da interpretação do real. Portanto, no plano subjetivo e objetivo, ou dito de outra forma, no plano material e imaterial. No plano material a contradição se dá na concreticidade dinâmica da luta de classes e entre projetos de campo, nas formas de organização da produção e das relações sociais de produção, tendo por base a exploração e a exclusão.

No plano imaterial ela se dá na disputa de projetos de educação, das ideologias. A disputa de projetos de educação se dá, considerando que a educação é elemento chave na configuração e transmissão de modo de pensar, da formação de uma consciência que se coaduna com as ideias das classes, especialmente do modelo hegemônico de pensar. Por isso, o capitalismo sempre buscou influenciar na educação enquanto política de Estado, na função social que ela ocupa na reprodução do sistema do capital, como destaca Cury (2000, p. 61):

O capitalismo de hoje não recusa, de fato, o direito de educação à classe subalterna. O que ele recusa é mudar a função social da mesma, isto é, sua função de instrumento de hegemonia. [...] Envolto por uma direção, o saber responde a interesses cujas raízes residem na necessidade de manter uma estrutura econômico-social que o torne uma força produtiva sem pôr em risco a organização social do trabalho. [...] a finalidade da produção capitalista é a manutenção e a reprodução da relação que satisfaz o interesse do capital.

Daí emerge uma disputa de projetos educativos em que se confrontam a educação “oficial” emanada da política educacional que o Estado define e implementa no sistema escolar e, de outro, as diferentes experiências educativas desenvolvidas pelas famílias, movimentos e organizações populares, merecendo destaque o Movimento por uma Educação do Campo, que constitui-se numa rede político-pedagógica que sistematiza experiências e proposições das famílias camponesas, das organizações e dos movimentos sociais do campo, que se unem para refletir, denunciar a situação da educação ofertada/negada às populações que vivem no campo e anunciar/reivindicar um projeto educativo que reflita, problematize as realidades, as culturas, os modos de produzir a vida, as relações sociais, as organizações e formas de lutas dessa população.

A materialidade da Educação do Campo remete às contradições da luta de classes cujo epicentro se dá em torno da disputa de modos de produção no campo brasileiro em que se opõem o agronegócio e a agricultura familiar, do trabalho explorado e do trabalho familiar na terra. É nessa arena de luta que se insere a Educação do Campo, como salienta Molina (2015, p.381).

[...] a concepção de educação que emerge da luta da classe trabalhadora no campo é pautada pela ideia da auto emancipação do trabalho em relação à subordinação ao capital, colocando a intencionalidade de articular educação e trabalho em um projeto emancipador. O movimento da Educação do Campo reconhece a articulação fundamental entre a racionalidade camponesa e o projeto educativo e adota princípios estratégicos que orientam as experiências formativas. O acúmulo de experiências nas lutas por direitos dos povos do campo vem demonstrando a importância estratégica do acesso à educação pública, na disputa contra hegemônica pela formação intelectual, ideológica e moral dos povos do campo.

A emancipação é um princípio da Educação do Campo e da Educação Popular. Esse conceito tem múltiplas dimensões e abrange vários campos como a Filosofia, o jurídico, o político e a Educação. Entre as dimensões intrínsecas a esse conceito estão a libertação, a autonomia e independência que busca superar a opressão e a dominação que, do ponto de vista econômico, começa na transformação do homem em mercadoria na sociedade do capital, na alienação do trabalho pela propriedade privada, na expropriação da terra, no caso do camponês.

A emancipação representa o ser humano livre das amarras da opressão e da dependência econômica e do trabalho explorado. É certo que dominação e opressão se dão no seio da materialidade das relações econômicas e sociais. No entanto, a educação pode desempenhar um relevante papel na promoção de um conhecimento e de uma reflexão crítica que contribua para uma tomada de consciência, para a organização coletiva e para a luta das classes oprimidas, em busca de transformação das condições concretas e materiais da sociedade em que se encontram, em busca de libertação das amarras da opressão, em busca de uma hegemonia da classe trabalhadora.

Nesta totalidade em que se expressa a contradição da luta de classe todos os fenômenos se encontram interligados, fazem parte de uma totalidade em que há uma conexão dialética, na qual os oprimidos buscam romper a opressão. É a dialética da ação recíproca, da mediação, permitindo apreender a conexão recíproca entre os fenômenos. Sobressai-se o papel da educação na totalidade histórica, conforme Cury (1992, p. 53), “a educação é eminentemente presente à totalidade histórica e social e coopera no processo de incorporação de novos grupos, o que é feito, também, mediante a interiorização de uma visão de mundo já existente e preexistente aos indivíduos”.

A educação não está imune às pressões das contradições da luta de classes, como ressalta Cury (1992, p. 53):

Na sociedade capitalista, a educação se impõe como manifestação-produção mediante as relações de classe. As contradições existentes nas relações de classe se fazem presente na educação. A educação articula-se com a totalidade mediante as relações de classes e, como também as relações de classes se articulam com a totalidade mediante a educação.

Dado esse papel da educação, as classes hegemônicas buscam direcionar as intencionalidades formativas para atender aos anseios de uma força de trabalho que se adeque às estruturas de produção, tanto do ponto de vista da qualificação profissional quanto do ponto de vista da formação da mente, do imaginário ideológico que retrata a visão de sociedade que convirja para os interesses hegemônicos, os quais preferem trabalhadores que se submetam à dominação e aceitem passivamente a ordem do capital. Em contraposição, a classe trabalhadora almeja e propõe uma educação que atue no sentido contra hegemônico de possibilitar e instrumentalizar os trabalhadores para a libertação das amarras da opressão, para a autonomia e a emancipação.

De acordo com Soares uma educação libertadora no capitalismo se aprimora com princípios básicos, quais sejam: impulsionar a criticidade e a luta dos trabalhadores em busca da emancipação política e econômica, elementos básicos para a autonomia da classe trabalhadora.

Uma educação dentro do capitalismo que se proponha libertadora, é aquela que impulsiona a luta dos trabalhadores em sua constante busca para a emancipação político/econômica, pois a emancipação ideológica e moral não é possível sem que as amarras materiais, sem que o trabalho alienado, seja superado (2015, p.47).

Na perspectiva da Educação do Campo é essencial para os trabalhadores, especialmente os camponeses, compreenderem os processos econômicos, políticos que determinam a totalidade do modelo de produção no campo, os meandros das estratégias de dominação e controle que os latifundiários utilizam para dominar, controlar e se apropriar da terra e dos demais recursos naturais essenciais para garantir o modelo de agronegócio, ou seja que tomem para si uma consciência crítica do mundo.

Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (FREIRE, 1979, p.15).

Igualmente importante é compreender os processos produtivos e culturais utilizados pelas famílias camponesas, os conhecimentos e tecnologias apropriadas para o desenvolvimento do trabalho na agricultura familiar agroecológica, para melhor intervir e garantir a reprodução do modo de vida camponês e superar as estratégias de exploração e dominação do capital, para construir uma cultura do bem viver no campo.

Nesse sentido torna-se fundamental um projeto educativo que contribua com esse processo, uma escola que efetive um projeto educativo de classe e a formação de educadores capazes de compreender as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais das comunidades camponesas e trabalhar no sentido de educar para a autonomia e emancipação da classe.

Ao tratarmos da educação, temos que lidar com a autonomia em um sentido duplo, ao mesmo tempo em que devemos reivindicar uma escola que eduque para a autonomia dos trabalhadores, não podemos deixar de refletir que essa escola apenas terá essa função quando ela for autônoma, isto é, quando ela for construída e controlada pelos trabalhadores. A escola monopolizada pelas elites e pelo Estado não cumpre a função de libertar, nem de dar autonomia, mas sim de domesticar. Vemos então que a autonomia é pré-condição e objetivo da emancipação (SOARES, 2015, p.99).

A Educação do Campo tem como intencionalidade a formação humana, tendo como finalidade a autonomia e a libertação.

### **3 CURRÍCULO, RELAÇÕES DE PODER E HEGEMONIA**

O currículo é elemento fundamental do processo ensino aprendizagem, da definição dos tempos e

espaços da organização da escola e, sobretudo, dimensão fundante do processo de formação desenvolvido na escola. Como reflete Arroyo (2007, p. 18), O currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, suas hierarquias e cargas horárias são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano das escolas, dos tempos e espaços, das relações entre educadores e educandos, da diversificação que se estabelece entre os professores.

Considerando a importância do currículo como instrumento de reforço da hegemonia do capital os governos vêm normatizando e impondo políticas curriculares padronizantes para todos os níveis da educação, com a intenção de garantir a disseminação de uma concepção de sociedade que contribua para a permanência da hegemonia do modo de vida capitalista, de suas relações de poder e buscando uma formação com a racionalidade do mercado.

Numa perspectiva contra hegemônica, o movimento da Educação do Campo aposta numa educação emancipadora que, para tanto, se embasa numa perspectiva de currículo que reflita criticamente as contradições do regime capitalista e as relações de opressão por ele engendradas, que discuta e problematize os modos de vida das populações camponesas em suas diversidades (trabalhadores sem-terra, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos).

O currículo tem concepções variadas, pois reflete as contradições e relações de poder e de classes na sociedade que reverberam na educação. Na perspectiva hegemônica, o currículo busca dar sentido a um senso comum entre o conjunto da população e padronizar uma identidade, conforme reflete Apple (2000, p. 9).

Entre os objetivos mais importantes das agendas da direita encontram-se a mudança do nosso senso comum, alteração dos significados das categorias mais básicas, das palavras chave que empregamos para compreender o mundo social e educacional e o papel que cada um de nós ocupa nesse mundo. Em muitos aspectos o aspecto comum de tais agendas relaciona-se com aquilo que podemos denominar por políticas de identidade. O objetivo é alterar o que pensamos que somos e como é que são as nossas grandes instituições sociais para responder a esta identidade alterada. [...] o que somos e como pensamos sobre as instituições encontra-se intimamente relacionado com quem tem o poder para produzir e circular novas formas de compreensão das nossas identidades. Tanto as políticas educativas [e curriculares], quanto a construção do senso comum desempenham neste contexto um papel preponderante.

A ideia de uma identidade comum tem a intencionalidade de conquistar uma hegemonia de ideias, de comportamento e de uma consciência comum aos interesses do capital.

[...] a hegemonia atua para “saturar” nossa própria consciência, de maneira que o mundo educacional, econômico e social que vemos e com o qual interagimos, bem como as interpretações do senso comum que a ele atribuímos, se torna o mundo *tout court*, o único mundo. Assim, a hegemonia se refere não à acumulação de significados que estão em um nível abstrato em algum lugar “da parte superior de nossos cérebros”. Ao contrário, refere-se a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, eficaz e dominante de significados, valores e ações que são *vividos*. Precisa ser entendida em um nível diferente do que o da “mera opinião” ou da “manipulação” (APLLE, 2006, p. 39, grifos do autor).

Na política educacional o currículo é um consistente instrumento de fomento da hegemonia dos interesses políticos e econômicos de uma dada sociedade, pois ele possibilita a transmissão de conhecimentos, saberes, ideologias que embasam uma visão de mundo nos educandos/as em formação. Numa sociedade de classes em conflito, as contradições levam a disputas por projetos educativos e curriculares que reflitam os interesses e modos de vida dos sujeitos e suas classes.

A hegemonia tem fundamental importância na análise de políticas educacionais.

Quando se analisa uma política de educação é preciso levar em conta as disputas entre os diferentes grupos que compõem o Estado e as lutas travadas por esses grupos para que determinadas ideias e significados se tornem hegemônicos e façam parte da pauta das políticas educacionais (GANDIN; LIMA 2016, p.659).

Não podemos compreender o currículo distanciado das relações de poder da sociedade, como um rol de conteúdos de conhecimentos da ciência, sistematizado dentro de padrões positivistas livres de posicionamentos axiológicos, posto que o conhecimento científico não é neutro. A definição do currículo, dos conteúdos e práticas são fundamentais nas rotinas escolares, nas intencionalidades dos projetos político pedagógicos das escolas.

O currículo na educação escolar é tratado como elemento importante do projeto pedagógico e da política educacional, uma vez que toda ação educativa da escola compreende o currículo. Ele define o que e como deve ser o processo de ensino-aprendizagem. Ele determina quais conhecimentos e saberes devem ser priorizados na escola, estabelecendo os fins a que a educação se propõe. Portanto, é importante compreender quais as relações entre currículo e estrutura social, currículo e cultura, currículo e poder, currículo e ideologia, currículo e controle social (BATISTA, 2016, p.91).

As intencionalidades das políticas curriculares abrangem a padronização, controle e regulação como estratégia de hegemonia do capitalismo em nível global que se intensifica à medida em que a globalização do capital avança.

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZAROS, 2008, p. 65).

A perspectiva hegemônica de currículo busca enquadrar o trabalho docente e a atuação dos educandos frente aos conhecimentos fechados em grades curriculares, onde se define uma fragmentação de conteúdos que devem ser trabalhados em fragmentos de horas de aulas. A superação da perspectiva tradicional de currículo depende das lutas organizadas daqueles que defendem uma educação emancipadora e das mudanças insurgentes das práticas pedagógicas dos educadores e educadoras como menciona Pereira (2006, p.21),

Os educadores e educadoras, em caráter emergente, devem tentar buscar alternativas curriculares mais abertas, ou seja, possibilitar a criação de espaços para que alunos e alunas se tornem agentes ativos no processo de ensinar – aprender; que as práticas curriculares estejam em consonância com a realidade e necessidades dos diferentes contextos, e que a construção dos saberes seja resultante de entrelaçamentos das diversas redes de conhecimentos presentes no âmbito da escola pública.

É nessa perspectiva que os movimentos sociais do campo vêm buscando construir uma perspectiva de currículo referenciada nas práticas e reflexões resultantes das experiências educativas nos múltiplos territórios camponeses contidas na proposta de Educação do Campo.

#### **4 CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA CONTRA HEGEMONIA**

Na direção de uma educação emancipadora e contra hegemônica é importante considerar um conjunto de dimensões na formação proporcionada pela escola do campo. Pensar um currículo e práticas educativas que proporcionem o desenvolvimento de diferentes experiências vivenciadas pelos educandos, como afirma Lima (2013, p. 612).

Os saberes construídos no contexto das práticas educativas e curriculares, devem, tanto, partir das experiências concretas dos alunos, quanto voltar-se

para a ampliação das competências e habilidades dos educandos para intervirem de forma crítica e competente enquanto agente político responsável pela transformação social da realidade do campo.

O currículo na perspectiva da Educação do Campo só pode ser compreendido como parte de um projeto de Educação de classe, que se coloca em contraposição ao projeto dominante de educação. O projeto de Educação do Campo, nascido dos camponeses e dos seus movimentos sociais se funda numa perspectiva de educação emancipadora e contra hegemônica calcada em alguns princípios políticos, pedagógicos e epistemológicos: formação humana que desenvolva todas as dimensões dos sujeitos; o fazer educativo calcado no diálogo entre educandos/as e educadores/as, mediado reflexão dos temas e questões da cultura, da produção, dos modos de vidas dos/as sujeitos do campo, como elementos para a construção de conhecimentos que contribuam para entender e transformar a vida a partir de um projeto de sociedade solidária, igualitária, sustentável.

Por outras palavras, trata-se de um projeto social de emancipação humana e de luta pela conquista de direitos reiteradamente negados. Nesse contexto, as raízes do campo são vistas como fontes de conhecimento e de oportunidades de trabalho e como formas de exercício da dignidade humana, em uma sociedade sustentável e socialmente justa. Para isso, a escola deve considerar as histórias de vida e de resistência dos povos do campo e deve ser um espaço para a difusão de determinados valores que devem ser perpetuados (SENRA; VILELA, 2020, p.518).

A ideia de conhecimento e de currículo na educação do Campo não reconhece a supremacia do conhecimento sistematizado produzido pela ciência, transmitido de forma mecânica, conforme preveem as políticas curriculares, em detrimento dos saberes da experiência dos sujeitos do campo. A epistemologia por ela defendida supõe que os conhecimentos produzidos pela ciência devem contribuir para que se reflita e se compreenda o mundo vivido, de forma indissociável entre teoria e prática.

Defendemos que os currículos das escolas do campo repercutam, valorizem e constituam-se a partir dos referenciais políticos e culturais e dos processos formativos mais amplos de que tomam parte os povos do campo em seus contextos específicos (suas lutas, trabalho, tradições culturais, etc.). Isto é importante, não apenas porque, pedagogicamente, o ensino contextualizado motiva e envolve mais as crianças, mas porque a escola é um dos espaços sociais onde identidades são formadas – individuais e coletivas (SÁ; PESSOA, 2013, p. 4).

Nessa perspectiva alguns temas são essenciais que sejam introduzidos no currículo das escolas do campo e que sejam problematizados.

Ela deve ser espaço em que sejam incorporados os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa; em que as especificidades de ser-viver a infância-adolescência, a juventude e a vida adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e propostas educativas; em que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação aprendidos nos movimentos sociais façam parte do conhecimento escolar (ARROYO, 2012, p. 365).

Considerando que historicamente a classe trabalhadora do campo vivenciou e continua vivenciando situações de opressão, exclusão e violência, de negação do direito à terra – elemento central do direito à vida no campo e objeto das lutas, de resistência e enfrentamentos em resposta aos conflitos de classes, essa historicidade não pode ser silenciada ou ignorada pela escola.

É importante dar centralidade, nos currículos das escolas do campo, às experiências de opressão e, sobretudo, de resistência que professores e educandos carregam para as escolas; trazer as experiências sociais, coletivas, assim como dar centralidade à história de expropriação dos territórios, das teorias, da destruição da agricultura camponesa; trazer para os currículos as

persistentes formas de resistência, de afirmação e de libertação dos povos do campo de que os próprios educadores e educandos participam – experiências de formação-humanização, de recuperação da humanidade roubada, ausentes nos currículos oficiais e no material didático, mas que disputam o território dos currículos nas escolas do campo e nos cursos de formação e de licenciatura (ARROYO, 2012, p. 562).

É fundamental que o currículo da escola do campo contribua para a formação de uma memória histórica das lutas, da resistência, da identidade, dos processos produtivos, do trabalho no campo; todas essas temáticas trabalhadas de forma interdisciplinar, apoiada na pesquisa como princípio educativo, adotando metodologias participativas que promovam teoria e prática, tendo os estudantes como protagonistas do processo de construção do conhecimento. O estudo sobre as temáticas da realidade, tanto pode se dar pela metodologia dos temas geradores, que promove uma pesquisa sobre os problemas, questões importantes para a vida no campo e decomposição dos temas a partir da problematização e a reflexão crítica. Pode, também, se utilizar do inventário da realidade<sup>1</sup> para levantar dados e informações sobre a comunidade que será material para estudos e reflexões, diagnóstico e estudar à luz dos conteúdos das diferentes disciplinas.

## 5 CURRÍCULO E PRÁXIS PEDAGÓGICA EM ESCOLAS DO CAMPO

Apresentamos neste item experiências de escolas resultantes de pesquisa realizada em 2019-2020, que buscava identificar práticas curriculares que tivessem aproximações com a Educação do Campo e a Educação Popular, situadas no meio rural do município do Conde, de Cruz do Espírito Santo, ambos no estado da Paraíba.

O município de Conde conta com um total de 23 escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, das quais 21 são no meio rural, o que corresponde a 91,3%. Este município é caracterizado pela diversidade cultural da população, onde encontra-se uma tribo indígena dos Tabajaras, presente no Estado da Paraíba desde o Brasil Colônia, territórios de assentamentos de reforma agrária, quilombolas, agricultores familiares e pescadores.

Na pesquisa foram constatadas contradições entre a imposição do currículo hegemônico, implementado pela secretaria de educação, embasada na política curricular adotada em nível nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), às práticas curriculares de programas de âmbito externo adotados pelo município oriundos de outros estados do Brasil, tais como Educar Para valer<sup>2</sup>, Liga Pela Paz<sup>3</sup>, Pacto pela Aprendizagem na Paraíba - SOMA<sup>4</sup> e Mais Saber<sup>5</sup>, os quais direcionam as práticas pedagógicas

<sup>1</sup> “O inventário é uma ferramenta para levantamento e registro organizado de aspectos materiais ou imateriais de uma determinada realidade. Levantamentos quantitativos e ou qualitativos. Pode-se fazer um inventário de bens, de valores, de produções econômicas, culturais, sociais, de recursos naturais, de pessoas, de formas de trabalho, de lutas, de hábitos e costumes, de conhecimentos, de atividades agrícolas, de indústrias, de conteúdos de ensino, de livros lidos pelos estudantes e seus educadores (CALDART, 2016, P.1).

<sup>2</sup> Educar Para Valer se concentra no ensino de Matemática e Português com foco no domínio da leitura, para o que ele estabelece padrões de desempenho que os estudantes devem atingir: abaixo do básico, intermediário e adequado que é medido por avaliações que são realizadas a cada etapa. O projeto tem uma metodologia e um conjunto de atividades já preestabelecidas que devem ser seguidas pelos professores. Ele dispõe de materiais didáticos, uma ficha de acompanhamento de leitura e contém também um sistema informatizado que deve ser atualizado todos os dias pelo site.

<sup>3</sup> O projeto tem como objetivo a construção de uma cultura de paz e o combate à violência, envolvendo alunos, familiares e toda a comunidade escolar.

<sup>4</sup> O **SOMA** – Pacto pela Aprendizagem na Paraíba é um programa de iniciativa do governo do estado, mas que teve adesão de 192 municípios. O SOMA busca empreender esforços para superar os desafios apresentados diante do grande número de estudantes das redes públicas da Paraíba que conclui os anos iniciais do ensino fundamental com alfabetização incompleta e baixo nível de letramento.

<sup>5</sup> O Projeto Mais Saber é um suporte pedagógico que tem por objetivo desenvolver e edificar competências e habilidades, conforme avaliam os exames nacionais aplicados em todo o país (ANA, Provinha Brasil e Prova Brasil),

no processo ensino-aprendizagem no município, exercendo o controle sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, dificultando ou inviabilizando projetos autônomos e propostas nascidas nas escolas, fundamentadas nos princípios da Educação do Campo.

Das seis escolas pesquisadas destacamos duas que buscavam articular ou subverter o currículo oficial, introduzindo temáticas e adotando práticas curriculares que se identificavam com os princípios da Educação do Campo, especialmente no que se refere à discussão e estudo de elementos da cultura das comunidades, o estudo da produção econômica, bem como o protagonismo dos estudantes que tinham papel ativo nas atividades didáticas desenvolvidas.

1) A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) José Albino Pimentel, atende à Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Fica situada na comunidade quilombola Guruji que, ao mesmo tempo, é um assentamento da reforma agrária. Essa escola desenvolvia projetos específicos que constam do seu Projeto Político Pedagógico (PPP):

**Projeto contação de histórias** - É um projeto desenvolvido por um professor, no qual os estudantes criam histórias relacionadas à cultura e história da comunidade quilombola que habitam, sendo apresentadas por eles em outras salas de aula da escola, promovendo um diálogo e interpretação dos textos;

**Projeto os canteiros** - trabalha leitura e escrita e confecção de livrinhos pelos estudantes que são expostos na escola com leitura dos textos escritos;

**Projeto Jornal Rural** - que é produzido pelos estudantes, com temas e notícias que os alunos trazem da comunidade e da escola para ser divulgado em um jornal mural na entrada da escola;

**Projeto leitura com fantoches**, os estudantes produzem uma história e através do teatro com fantoches apresentam essa história nas salas de aula e para a escola como um todo em momentos de eventos da escola;

**Projeto Escola experimental de cinema** desenvolvido em parceria com o Grupo Semente Cinematográfica, desenvolveu um projeto piloto, com o objetivo de implementar uma experiência de produção experimental que contou com a participação ativa da gestão, supervisão e professores da escola e como protagonistas os estudantes, com apoio da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Conde.

O projeto desenvolveu várias ações. Conforme o site Semente Cinematográfica, contemplou cerca de 200 estudantes e formou 8 professores para dar continuidade às práticas educativas com o cinema. Foram produzidos 7 filmes-carta (a roda das gerações do coco de roda dança de origem africana de um grupo da comunidade, os meninos da terra, Museu vivo, O grilo, o morto vivo e o jacaré, O canto que vem do coração, coração de barro, rio de memórias).

As temáticas dos filmes produzidos pelos estudantes surgem, a partir do interesse das crianças, abordando diversos aspectos culturais e do cotidiano da comunidade do Gurugi-Ipiranga em que são retratados: os elos comunitários, a valorização dos saberes dos mais velhos, as brincadeiras antigas, a musicalidade, o encontro das gerações do Coco de roda, a reconstrução do museu do Novo Quilombo, o multirão de trabalho no roçado, a relação com a terra e o artesanato feito do barro (Semente Cinematográfica)<sup>6</sup>. Além dos filmes produzidos, ocorreu a I Mostra Cinema e Educação do Gurugi-Ipiranga.

**Cineclub** resultante do projeto Escola Experimental de Cinema com apresentações de filmes e vídeos que tratam de temas relacionados com a identidade quilombola.

---

na área de Língua Portuguesa por meio de diversos gêneros textuais e de atividades; e na área de Matemática através de situações-problema que desafiam a busca por solução.

<sup>6</sup> Os resultados podem ser vistos nos sites: <https://www.facebook.com/semtecinematografica>, [https://www.youtube.com/channel/UC-1tVkqm\\_pszCfcSvOBLzgg](https://www.youtube.com/channel/UC-1tVkqm_pszCfcSvOBLzgg) e <http://www.sementecinematografica.com.br/experiencias/escola-experimental-de-cinema-emeif-jose-albino-pimentel-id2/>.

O **Projeto Clamores Antigos** conta com grupo formado por estudantes a partir de trabalho desenvolvido pelo professor Manoel Cosmo, inicialmente com teatro de fantoches, que trabalha o resgate da história e da cultura quilombola. Posteriormente o grupo incluiu as apresentações do teatro de bonecos, a dança e a música africana, como o coco-de-roda, o maculelê (dança com influência da cultura africana e indígena que simula uma luta com porretes), e a música com tambores, sendo esses últimos a principal expressão cultural do grupo. O grupo faz apresentações em diversos espaços, nas festividades desenvolvidas pela referida escola; nas 23 escolas da rede municipal, zona rural e urbana, uma vez por mês, a partir de um cronograma elaborado junto aos gestores da rede; nos eventos planejados pela Secretaria de Cultura Municipal; na comunidade do Gurugi em espaços abertos ao público.

2) A EMEIEF Marino Eleotério oferece a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental recebe estudantes de um Assentamento da reforma agrária localizado nas proximidades e indígenas. Ela desenvolve algumas atividades didáticas, de forma mais esporádica, que tratam da realidade e os saberes das comunidades onde os estudantes residem e trazem as discussões para as salas de aula, envolvendo os professores, alunos e a comunidade. Como por exemplo, em 2018, desenvolveu um projeto sobre cultura indígena com a participação de lideranças da comunidade indígena Tabajara que tem crianças matriculadas na escola.

3) EMEIEF Ovídio Tavares, localizada no Sítio Mituaçu, comunidade quilombola do município de Conde-PB. Trabalha com projetos relacionados à comunidade, contando com um plano de curso alinhado com **EVOT**<sup>7</sup> - Escola Viva Olho do Tempo. Essa escola EVOT adota um projeto que tem como objetivo a recuperação do Rio Gramame, através dos estudos teóricos trabalhados em sala e ações práticas dentro da comunidade. Alunos e equipe escolar se mobilizam para a realização de debates de conscientização e preservação do meio ambiente.

A escola busca o resgate da identidade gastronômica com comidas tradicionais da comunidade quilombola, exemplo: grãos, raízes, frutas, verduras e legumes. Além da conscientização de uma alimentação saudável, buscando resgatar a alimentação típica da comunidade e deixar os alimentos industrializados calóricos com conservantes e comidas processadas, sobretudo por causa do poder das grandes indústrias de alimentos. A escola adotou na alimentação escolar frutas, hortaliças, verduras, dentre outros produtos saudáveis, inclusive regionais, que se perderam nos hábitos locais.

4) Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Campo de Sementes e Mudas, situada no Assentamento Campo Sementes e Mudas, no município de Cruz do Espírito Santo-PB, vem desenvolvendo vários projetos pedagógicos que se inspiram na Educação do Campo. A gestora da tem buscado parcerias com universidades e outras instituições como a Associação Centro Rural de Formação (ACRF) e o Laboratório de Tecnologias Sociais e Energias Renováveis (LETS), para desenvolver formação continuada com os/as educadores/as da escola e para o desenvolvimento de projetos. A parceria com ACRF/CAE se dá com o objetivo de garantir suporte para os estudantes com deficiência e formação para os professores.

Destacam-se os seguintes projetos que a escola vem desenvolvendo desde 2018: Educação Ambiental no Contexto da Educação do Campo, Projeto Horta; projeto Empreendedorismo Juvenil e Sustentabilidade Ambiental no Contexto da Educação do Campo; Projeto Escola e Família.

- a) - Projeto Horta - Espaço Integrado de Aprendizagem. Espaço integrado de conhecimento ao ar livre onde se desenvolvem atividades de horticultura e também atividades pedagógicas interdisciplinares. As aulas são trabalhadas de forma interdisciplinar, envolvendo Ciências Biológicas, Matemática e Física. Os estudantes que participam de modo prático cuidando da

<sup>7</sup> constitui-se como associação sem fins lucrativos, que atua com dois focos: a preservação de olhos d'água, (neste terreno existem 08 nascentes) e atender prioritariamente crianças e adolescentes do entorno. Ela foi pensada para ser uma alternativa educacional para os moradores da região buscando um autoconhecimento coletivo e fortalecer o sentimento de comunidade em seus espaços de vida. (Escola Viva Olho do Tempo, s/p.).

terra, limpando os espaços da horta e fazendo os canteiros. Um trabalho de formação de consciência crítica dentro da realidade onde estão inseridos. O projeto conta com a participação da comunidade. Os adolescentes e jovens estudantes participam e demonstram habilidade para o trabalho contextualizado na realidade do campo.

- b) - Projeto Escola e Família, busca trabalhar ações como visitas, reuniões voltadas para o diálogo acerca da aprendizagem, com exposição de resultados bimestrais (PPP Escola Campo, Sementes e Mudas, 2019).
- c) - Projeto pedagógico Educação Ambiental no Contexto da Educação do Campo. No ano de 2018 o projeto foi apresentado ao edital Mestre da Educação, oferecido pela Secretaria de Estado da Educação do Estado Paraíba. Esse projeto envolve práticas pedagógicas voltadas para o fortalecimento da educação do campo. Ele trabalha de maneira interdisciplinar envolvendo as disciplinas de Biologia, Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e Educação Física. As atividades desenvolvidas pelo projeto, segundo Salustino (2019) foram: uma mística no início do projeto com objetos que representam o campo (pás, enxada, produtos da agricultura produzidas no local) e execução da música Não vou sair do campo (de Gilvan Santos, do CD Educação do Campo); aulas de campo, visitando áreas com vistas ao conhecimento das mais propícias ao estudo; aulas de campo com visita em duas propriedades dos agricultores do assentamento com entrevistas visando conhecer a produção, o trabalho, a diversidade de alimentos cultivados, onde identificaram plantio batata doce, macaxeira, milho, cana de açúcar, de tomates, couve, alface, coentro, feijão, jerimum, macaxeira, batata doce, amendoim, banana, coco, manga, girassol. Além da criação de animais como peixes em tanque e de galinhas. Uma palestra com representantes da Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER versando sobre técnicas agrícolas voltadas para a agricultura familiar; confecção de uma composteira doméstica; coleta de resíduos plásticos (garrafa PET, fio de cadeira e cano de Pvc) com vistas a confeccionar um irrigador subterrâneo, para uso num canteiro experimental na horta orgânica da escola (SALUSTINO, 2019).

A parceria da escola Campo Sementes e Mudas com o LETS (Laboratório Educacional de Tecnologias Sociais), por intermédio da SEE (Secretaria de Estado da Educação) beneficiou a escola com o Projeto do Kit Agroecológico Escolar: Construção, manutenção e uso do kit Luna Fotovoltaico – KLF, e um tanque confeccionado de ferro e cimento, que está sendo utilizado para a criação de peixes tilápias e para o armazenamento de água para fazer a irrigação da horta da escola. Possibilitando aulas práticas com uso de tecnologias Sociais e Energias Renováveis.

d) Empreendedorismo juvenil e sustentabilidade ambiental no contexto da educação do campo. Este projeto foi desenvolvido em 2019 pelo professor da escola Leandro Mendes Salustino, submetido ao programa da Secretaria de Educação do estado da Paraíba Mestres da Educação, com os alunos do 2º ano do ensino médio, conforme consta no projeto, visando:

Valorizar e fortalecer práticas empreendedoras que estejam ligadas à realidade agrícola, e que agreguem condições e possibilitem a sua permanência no campo, sem que necessite, contudo, migrar para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e de trabalho (SALUSTINO, 2019, p. 3).

Outras iniciativas da escola que denotam o interesse e compromisso com a qualidade do ensino se dá com a participação no Projeto de extensão intitulado: Currículo e Contexto; Formação de gestores e professores que atuam na Educação do Campo no Ensino Fundamental, em parceria com a UFPB/CE – SEECT/GEDI.

Destaca-se uma aula de campo que contribui para a formação da identidade camponesa foi a Visita ao Memorial das Ligas e lutas camponesas com a presença de Elizabeth Teixeira (sinal de luta, resistência e esperança), em 2018, por ocasião dos 56 anos de morte do líder camponês João Pedro Teixeira, lembrando também outras lideranças camponesas que tombaram na luta.

Todos esses projetos da Escola Campo Sementes e Mudas se utilizam de elementos da Educação

do Campo, pois aproximam-se da cultura dos sujeitos e incentivam a preservação da identidade e os valores sociais e do campo. Elas enfatizam a educação voltada ao trabalho na agricultura presente na comunidade e estão atentas às particularidades dos sujeitos e seu tempo histórico.

Os projetos estão proporcionando uma educação que incentiva a criação de novas ideias, o contato com novas tecnologias, proporcionam aos alunos o autoconhecimento perante os saberes da vida. Esses elementos se coadunam com os princípios da Educação do Campo e da Educação Popular, pois valorizam a reflexão sobre a vida como pilar da educação. Portanto, entende a educação como um processo ligado, essencialmente, à vida cotidiana, ao trabalho, à cultura, valorizando processos formais e não formais. Trata-se de uma educação como um processo ligado à vida, ao bem viver das pessoas, à cidadania.

Outro elemento que se destaca nas ações dos projetos é o protagonismo dos sujeitos do campo participantes ativos no processo educativo, valorizando seu processo histórico. Nessa perspectiva, Educação do Campo assume o compromisso com a especificidade do campo, sua cultura e diferentes realidades e está contribuindo no processo de educação de pessoas que vivem e trabalham no campo, sendo, portanto, projetos que remetem para um currículo voltado para um projeto de campo que busca uma hegemonia da classe trabalhadora.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo é um projeto político e pedagógico de educação classista, que surge das necessidades e experiências dos camponeses, dos movimentos sociais do campo, como crítica e como proposição de um projeto educativo contra hegemônico que luta pelo acesso à educação como um direito dos povos do campo que foi negado ao longo da formação social do país. Para além do direito essa concepção de educação ousa definir princípios teóricos, pedagógicos e curriculares e exigir que sejam contemplados nas políticas educacionais para o campo as diversidades de modos de vida, de cultura, de produção de organização e luta das populações que vivem no/do campo.

Essa proposta, embora recente na história da educação no Brasil, posto que só se fortalece nos anos 1990, obteve reconhecimento em documentos e leis que reconhecem o direito dos povos do campo a uma educação diferenciada (Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Resolução CNE/CEB nº 1/2008, Decreto 7.352 de 4/11/2010, entre outros). Como por exemplo no artigo 2º inciso IV do Decreto que afirma como princípio da Educação do Campo:

valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (BRASIL 2010, P. 1).

Entretanto, em que pese os avanços configurados na legislação da Educação do Campo as definições e diretrizes curriculares hegemônicas emanadas do governo Federal e seguidas à risca pelas secretarias estaduais e municipais de Educação têm sido priorizadas. São regulamentações que buscam homogeneizar, submetendo as escolas aos padrões de conhecimentos de caráter impositivo, que expressam as orientações neoliberais de organismos internacionais (Bando Mundial) que buscam disseminar valores, ideologias e práticas que visam socializar e formar crianças, jovens e adultos para aceitação passiva da ordem capitalista.

Vale destacar que a despeito dessa imposição curricular muitas escolas por iniciativa própria, por envolvimento da comunidade, por influência dos movimentos sociais do campo vêm desenvolvendo inúmeras experiências de práticas curriculares fundamentadas nos Temas geradores oriundos da concepção de Educação de Paulo Freire, da Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra

(MST)<sup>8</sup>, da Pedagogia da Alternância<sup>9</sup>, educação contextualizada no Semiárido, em busca de inserir nas escolas temas da realidade das comunidades onde as escolas estão inseridas sendo problematizados e refletidos em busca de uma consciência crítica e de uma práxis social transformadora.

## REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. A política do currículo oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F. e SILVA, T. 4. T. da. **Currículo, cultura e sociedade**. 4ed. São Paulo, 2000.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006
- ARROYO, Miguel G. **Formação de Educadores do Campo**. Dicionário da Educação do Campo. Org. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- BATISTA, M.S.X. EDUCAÇÃO DO CAMPO: DA LUTA DOS MOVIMENTOS ÀS POLÍTICAS. in: **Educação Popular e movimentos sociais: experiências e desafios**. João B. de Albuquerque Figueiredo; Clédia Inês Matos Veras; Lucicléa Teixeira Lins (orgs.). Fortaleza: Impreco, 2016.
- BRASIL. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 5 de nov. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 27 de maio 2015.
- CORREIA, Deyse Morgana das Neves; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Alternância no Ensino Superior: o Campo e a Universidade como territórios de formação de Educadores do Campo. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS Maria de Fátima Almeida, MARTINS, Aracy Alves, [organizadoras]. **Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. -- (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5). 173-197.
- CURY, J. M. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.
- GANDIN, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, p. 651-664, jul./set. 2016
- LIMA Elmo de Souza. Educação do Campo, Currículo e Diversidades Culturais. **Espaço do Currículo**, v.6, n.3, p.608-619, setembro a dezembro de 2013 ISSN 1983-1579. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec608>.
- MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

<sup>8</sup> A Pedagogia do Movimento foi desenvolvida por CALDART, Roseli no livro Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola. Petropolis- RJ, Vozes 2000. A autora vê o MST como um sujeito pedagógico, ou seja, ela pensa no movimento social como princípio educativo, como base da concepção de educação construída através da experiência humana de ser do MST, ou de fazer-se um nome próprio: Sem Terra. Ela destaca as principais matrizes pedagógicas, no sentido de processos educativos básicos do ser humano, que o MST põe em movimento no processo de formação dos sem-terra, são as seguintes matrizes pedagógicas: Pedagogia da luta social, Pedagogia da organização coletiva, Pedagogia da terra, Pedagogia da Cultura.

<sup>9</sup> A alternância se caracteriza pela predominância da relação teoria e prática e pela diversificação de territórios que possibilitam a produção e a socialização dos conhecimentos e saberes dos processos educativos a partir de sua organização didática que sucede tempos-espacos escolares e tempos-espacos na comunidade. A sequência de Tempos Escola e Tempos Comunidade compreende a reciprocidade integrada entre ação e reflexão e possibilita explorar na cultura do campo, na organização do trabalho e da política e no relacionamento com os sujeitos, as práticas e os saberes do campo, conhecimentos diferenciados e complementares à formação estritamente escolar. A Pedagogia da Alternância favorece a agregação da diversidade pela promoção de interações recíprocas entre contextos distintos que, no diálogo, se completam (CORREIA; BATISTA, 2012, p. 174-175)

- MÉSZAROS, Isteván. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008.
- MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.
- PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Globalização e políticas educacionais. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; MOURA, Arlete Pereira (Orgs). **Políticas educacionais e (re) significações do currículo**. Campinas: Alínea, 2006.
- SÁ, Carolina Figueiredo de; PESSOA Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves. CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: TENSÕES E RESISTÊNCIAS À NUCLEAÇÃO ESCOLAR. **Seminários do GEPEC. 2013**. Disponível em: [http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/4-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/d11-curriculo-e-educacao-do-campo-tensoes-e.pdf/at\\_download/file](http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/4-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/d11-curriculo-e-educacao-do-campo-tensoes-e.pdf/at_download/file). Acesso em: 20/02/2021.
- SALUSTINO, Leandro Mendes. **Empreendedorismo juvenil e sustentabilidade ambiental no contexto da educação do campo**. Projeto Mestres da Educação. 2019.
- SENRA, R. E. F; VILELA, E. S.M. Educação do Campo e Currículo: território em disputa em uma escola de Campo Novo do Parecis/MT. **Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.13, n.3, p. 517-530, set/dez. 2020.
- SOARES, Savia Bona Vasconcelos. Trabalho, educação do campo e emancipação, da ideologia à materialidade: Uma análise do processo de institucionalização da Educação do Campo. **Dissertação de Mestrado** – Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2015).



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).